



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

LEI Nº. 1.663

ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CORDISBURGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de Cordisburgo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Orçamentária para o exercício de 2017 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. A estrutura e a organização do orçamento;
- III. As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento do município e suas alterações;
- IV. As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI. As disposições sobre alterações na legislação tributária municipal;
- VII. As disposições gerais; e
- VIII. Anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da administração pública municipal em consonância com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei e que constarão do projeto de Lei Orçamentária, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observando as seguintes diretrizes gerais:

- I. emprego e renda;
- II. desenvolvimento social;
- III. planejamento e desenvolvimento urbano;
- IV. gestão democrática e participativa.

Parágrafo único – Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2017, o Poder Executivo poderá alterar as metas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e cumprimento do cronograma de execução de projetos já iniciados.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º. Para efeito desta lei entende-se por:

- I. **programa:** o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II. **atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- III. **projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
- IV. **operação especial:** as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- V. **órgão:** o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar as unidades orçamentárias;
- VI. **unidade orçamentária:** o menor nível de classificação institucional agrupadas em órgãos orçamentários;
- VII. **especificação da fonte e destinação de recurso:** detalhamento da origem e da destinação de recursos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM;
- VIII. **grupo de origem das fontes de recurso:** agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação;
- IX. **aplicação programada de recursos:** agrupamento das informações por destinação de recursos contida na LOA por categoria de programação;
- X. **produto:** bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;
- XI. **unidade de medida:** utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e
- XII. **meta física:** quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir aos seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 4º. O Orçamento Municipal compreenderá as Receitas e Despesas das Administrações direta e indireta e dos fundos municipais especiais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecidos na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

§ 1º - A despesa será discriminada por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, com as respectivas dotações especificando o grupo de natureza de despesa, e a modalidade de aplicação.

§ 2º - A despesa será discriminada na LOA, no mínimo por:

- I. órgão e unidade orçamentária;
- II. função;
- III. subfunção;
- IV. programa;
- V. ação: atividade, projeto e operação especial;
- VI. categoria econômica;
- VII. grupo de natureza de despesa;
- VIII. modalidade de aplicação;
- IX. origem de fonte e aplicação programada de recursos.

Art. 5º. A Lei Orçamentária Municipal conterà Reserva de Contingência, equivalente a, no mínimo, 0,2% (zero vírgula dois por cento) da receita corrente líquida na proposta orçamentária, destinada a:

- I. atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- II. fonte compensatória para abertura de créditos adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

Parágrafo único – Para efeito desta lei, entende-se como “eventos e riscos fiscais imprevistos”, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais imprescindíveis às necessidades do Poder Público.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º. As receitas abrangerão: a tributária própria, a patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único - As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução, nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 7º. As despesas corresponderão à diferença apurada entre a receita estimada e o valor destinado à Reserva de Contingência e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se o valor necessário para as despesas de capital.

§ 1º. Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 (quinze) de agosto de 2016, o orçamento de suas despesas para o próximo exercício financeiro acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos de modo a justificar o seu montante.

§ 2º. Para atender ao disposto no §3º do art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) o Executivo apresentará à Câmara Municipal, até o dia 30 de julho de 2016, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

§ 3º. Atendido o disposto no art. 29-A da Constituição da República, o repasse ao Poder Legislativo Municipal, no exercício de 2017, será de 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 daquela Constituição, efetivamente realizado no exercício de 2016, cujo montante deverá ser consignado por estimativa na Lei Orçamentária de 2017.

§ 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar repasses financeiros à (s) entidades (s) da Administração Indireta, cumprindo-se as disposições dos artigos 50, § 2º e 51, § 1º, da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) com as diretrizes traçadas pelas Portarias Interministeriais nº 163/01 e 339 de 29/08/2001.

Art. 8º. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2017, a preços correntes, acrescidos do índice da inflação (% anual) projetado e PIB real (crescimento percentual anual) mais previsão de recebimento de recursos de convênios.

Art. 9º. Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte.

Parágrafo único - O Município atuará prioritariamente no ensino básico.

Art. 10. Constituirão receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a constante da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e leis que fixarem normas complementares.

Art. 11. A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade pública, não podendo ser utilizados com o objetivo de influir, direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 12. O orçamento municipal garantirá dotação específica para pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho de 2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

Art. 13. A lei orçamentária de 2017 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda, e pelo menos um dos seguintes documentos:

- a) Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- b) Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 14. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para os Poderes Executivo e Legislativo Municipal procederem à abertura de créditos adicionais suplementares até determinado limite, em valor percentual, sobre os respectivos orçamentos e dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º - Os recursos referidos no “caput” são provenientes de:

- a) superávit financeiro;
- b) excesso de arrecadação;
- c) anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- d) produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las; e
- e) Reserva de Contingência.

§ 2º - O aproveitamento dos recursos originários de excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, dependerá de fiel observância dos termos do § 3º, do art. 43, da Lei 4.320/64 e

§ 3º - Por não se constituírem autorizações de despesa na forma do art. 42 da Lei nº 4.320/64, não serão considerados créditos suplementares as alterações nas fontes e destinações de recursos realizadas no exercício.

§ 4º - As alterações nas fontes e destinações de recursos poderão ser realizadas mediante decreto, desde que devidamente justificadas.

§ 5º - As classificações nas dotações, as fontes de recursos, os códigos e títulos das ações poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total da ação, desde que justificadas e se autorizadas por meio de Decreto, para ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

necessidade de adequação à classificação vigente, e que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

§ 6º - Com a finalidade de atender às necessidades de execução orçamentária no exercício de 2017, fica autorizada a inclusão de novas fontes de recursos nas dotações orçamentárias, quando referidas fontes não tiverem sido previstas ou seus valores se tornarem insuficientes.

§ 7º - Os créditos especiais e extraordinários autorizados e/ou abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, por ato do Poder Executivo.

§ 8º - Não oneram o percentual estabelecido para suplementação, os ajustes orçamentários ou realocações de recursos ocorridos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 9º - O Prefeito Municipal poderá delegar, no âmbito do Poder Executivo, aos Secretários Municipais, a abertura dos créditos suplementares a que se refere o caput.

§ 10 - As modificações de classificação de dotação também poderão ocorrer na abertura ou reabertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2017, bem como na reabertura de créditos especiais e extraordinários.

§ 11 - O recurso não vinculado por lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de 2017 poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para o exercício de 2018, por meio de ato administrativo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, e ainda, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades ou fundos, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

categoria de programação, no mesmo limite da autorização de abertura de crédito suplementar constante na LOA para 2017.

Parágrafo único. Fica o Executivo, mediante ato administrativo, autorizado a modificar o crédito consignado na especificação da fonte e destinação de recursos do orçamento municipal de 2017, para fins de adequação da prestação de contas ao detalhamento contido no SICOM/TCEMG.

Art. 16. As dotações destinadas ao pagamento de amortização, juros e outros encargos, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, somente poderão ser remanejadas para outras categorias de programação por meio da abertura de créditos adicionais por intermédio de projeto de lei.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o caput poderão ser remanejados para outras categorias de programação, por meio de decreto, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária de 2017, desde que mantida a destinação ao serviço da dívida.

Art. 17. Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizado, quando proveniente de impostos.

Art. 18. O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 19. Caso o Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2017 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2016, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. benefícios previdenciários;
- III. encargos e serviços de dívida;
- IV. outras despesas correntes, limitadas a 1/12 (um doze avos) do valor total previsto para essa natureza de despesa, no projeto de lei orçamentária de 2017, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- V. despesas vinculadas, correntes ou de capital, financiadas com recursos financeiros transferidos pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, serão executadas conforme previsto no Termo de Convênio, acordo e ajuste firmados com o Município;
- VI. despesas de capital – investimentos, iniciadas e em andamento, serão executadas conforme projeto básico e executivo constante do Edital de Licitação e suas alterações, a fim de evitar prejuízos financeiros e sociais ao Município e seus cidadãos;
- VII. despesas com educação e saúde conforme disposto na Constituição Federal.

Parágrafo único – Os eventuais saldos negativos apurados em virtude de emendas ao Projeto de Lei de Orçamento serão ajustados após a sanção pelo Prefeito Municipal mediante abertura de créditos adicionais, por meio de remanejamento de dotações.

Art. 20. As proposições de emendas legislativas, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa, deverão estar acompanhadas de estimativas de impacto orçamentário-financeiro desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º - A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto no caput deverá ser homologada por órgão competente do Poder Executivo e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 2º - A postergação da elaboração do impacto orçamentário-financeiro ou a sua falta desobriga o Poder Executivo de apreciar a emenda proposta pelo Poder Legislativo.

§ 3º - Será considerada incompatível a proposição que:

- I. aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal;
- II. altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- III. crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.

§ 4º - É vedada a indicação de recursos provenientes da anulação das seguintes despesas:

- I. dotação financiadas com recursos vinculados;
- II. dotações referentes a contrapartidas;
- III. dotações referentes a obras em execução;
- IV. dotações financiadas com recursos diretamente arrecadados;
- V. dotações referentes a precatórios e sentenças judiciais;
- VI. dotações referentes a benefícios eventuais;
- VII. dotações destinadas ao serviço de dívida, compreendendo amortização e encargos;
- VIII. dotações relativas às despesas com pessoal e com encargos sociais;
- IX. dotações destinadas a custear programas vinculados a fundos municipais;
- X. dotações referentes a programas identificados como prioritários no anexo I desta lei, exceto quando se tratar de remanejamento de recursos entre os programas ou no âmbito de um deles.

§ 5º - As emendas ao Projeto de Lei de LOA não poderão ser destinadas a entidades privadas.

§ 6º - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º art. 166.

§ 7º - Ao Projeto de Lei LOA não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de uma etapa da obra ou para o cumprimento de parcela do contrato de entrega do bem ou do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 21. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

§ 1º - A certificação de que trata o caput deste artigo poderá ser:

- I. substituída, a critério da Administração, pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente;
- II. ou dispensada, desde que a entidade execute ações, programas ou serviços em parceria com a administração, nas seguintes áreas:
 - a) atenção à saúde aos povos indígenas;
 - b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
 - c) combate à pobreza extrema;
 - d) atendimento às pessoas com deficiência; e
 - e) prevenção, promoção e atenção às pessoas com HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue.
 - f) dispensada, desde que a subvenção seja concedida por lei específica e a entidade tenha seu funcionamento autorizado e estatutos homologados por ato do Poder Executivo.

§ 2º - Só se beneficiarão das concessões de que trata o “caput”, as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores.

§ 3º - A execução das ações de que tratam o “caput” fica condicionada à autorização específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101, de 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DE CAPITAL

Art. 22. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o caput do art. 21 desta Lei e que preencham as seguintes condições:

- I. estejam autorizadas em lei específica;
- II. estejam previstas na Lei Orçamentária de 2017 ou em seus créditos adicionais;
- III. sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas de interesse público, ressalvados os casos de dispensa ou inexigibilidade do chamamento público para atividades ou projetos voltados ou vinculados a serviços de educação ou integrantes do Sistema Único de Saúde ou do Sistema Único de Assistência Social, desde que executados por OSCs previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio, termo de parceria ou instrumento congêneres ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes, correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2017.

Art. 23. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e que preencham as seguintes condições:

- I- aplicação de recursos de capital exclusivamente para:
 - a) aquisição e instalação de equipamentos, bem como obras de adequação física necessárias a instalação dos referidos equipamentos;
 - b) aquisição de material permanente;
 - c) conclusão de obras em andamento, vedada destinação de recursos para ampliação do projeto original.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

II- execução na modalidade de aplicação 50 – entidade privada sem fins lucrativos.

DOS AUXÍLIOS

Art. 24. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I- de atendimento direto e gratuito ao público, atendam ao disposto no art. 20 desta Lei e alternativamente sejam voltadas para a:
 - a) educação especial; ou
 - b) educação básica;
- II- registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente, e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais, bem como àquelas cadastradas junto a essa administração para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais;
- III- de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e alternativamente de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e atendam ao disposto no art. 20 desta Lei e cujas ações se destinem a:
 - a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou
 - b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa portadora de deficiência;
- IV- voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para a aplicação dos recursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

V- voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado que a entidade privada tem melhores condições que o Poder Público local para o desenvolvimento das ações pretendidas, devidamente justificado pelo órgão concedente responsável.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 20 a 23 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, a entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, deverá obedecer aos seguintes critérios:

- I. aplicação de recursos de capital deverá ocorrer exclusivamente para:
 - a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;
 - b) aquisição de material permanente.
- II. identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, termo de parceria ou instrumento congênere;
- III. execução na modalidade de aplicação 50 - transferência a entidade privada sem fins lucrativos;
- IV. compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, na internet e em locais visíveis de sua sede social ou dos estabelecimentos em que exerça suas ações, consulta ao extrato do convênio, termo de parceria ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
- V. apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- VI. publicação de normas, a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições , que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção, quando for o caso, das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
- VII. comprovação pela entidade, da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos três anos;
- VIII. cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente, em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;
- IX. manutenção de escrituração contábil regular;
- X. apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à dívida ativa da União e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS certidão negativa de débitos municipais.
- XI. demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal;
- XII. manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica sobre a adequação dos convênios, termo de parceria e instrumentos congêneres às normas afetas à matéria; e
- XIII. comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante o último ano, de atividades referentes à matéria objeto da parceria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

§ 1º A determinação contida no inciso I do caput não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

§ 2º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente público ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal.

§ 3º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação, não se lhes aplicando as condições constantes dos arts. 20, 21 e 23.

§ 4º A comprovação a que se refere o inciso XIII do caput:

- I. será regulada pelo Poder Executivo;
- II. alcançará, no mínimo, o último ano à data prevista para a celebração do convênio, termo de parceria ou contrato de repasse, devendo ser esta data previamente divulgada por meio do edital de chamamento público ou de concurso de projetos; e
- III. será dispensada para entidades sem fins lucrativos prestadoras de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, habilitadas até o ano de 2015 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

Art. 26. É facultativa a exigência de contrapartida para as transferências previstas na forma dos arts. 20, 21 e 23 desta Lei.

Art. 27. A entrega de recursos a consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade do Município, não se configura com transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A administração da dívida pública municipal interna ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§1º - Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº. 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 29. Na Lei Orçamentária para o exercício de 2017, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 30. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. A despesa total com pessoal, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, conforme percentuais fixados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000:

- I. 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II. 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

Parágrafo único - Na verificação do atendimento dos limites fixados não serão computadas as despesas:

- I. de indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II. relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III. derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- IV. decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000;
- V. com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:
 - a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
 - b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;
 - c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

Art. 32. As despesas com pessoal referidas no artigo anterior, serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com o percentual das receitas correntes líquidas, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 33. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I. sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- II. não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;
- III. não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 34. Não obstante o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Município ainda assim poderá contratar horas-extras:

- I. para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público;
- II. manter os serviços essenciais de saúde, educação e assistência social.

Parágrafo único - Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer por decreto, o banco de horas, de modo a possibilitar ao servidor, acumular horas extras, para gozar folgas, prolongar suas férias e/ou compensar na sua jornada de trabalho.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição Federal, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, em especial do pessoal do Ensino.

Art. 36. Fica autorizada, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 37 – Poderão ser apresentados à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária pertinente, visando ao seu aperfeiçoamento, à adequação a mandamentos constitucionais e ao ajustamento às leis complementares e resoluções federais, observando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- a) quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, o objetivo de assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- b) quanto ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos – ITBI, a adequação da legislação municipal aos comandos de Lei Complementar federal ou de Resolução do Senado Federal;
- c) quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a adequação da legislação municipal aos comandos da lei complementar federal e a mecanismos que visem à modernização e à agilização de sua cobrança, arrecadação e fiscalização;
- d) quanto às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos prestados ao contribuinte, a incidência ou não do tributo;
- e) quanto à contribuição de melhoria, a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- f) a instituição de novos tributos ou a modificação dos já instituídos, em decorrência de revisão da Constituição Federal;
- g) o aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à sua racionalização, simplificação e agilização;
- h) a aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração à legislação tributária;
- i) o aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, visando à modernização e à eficiência na arrecadação equânime da carga tributária.

§ 1º - A concessão ou a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira de que decorra renúncia de receita somente poderá ser aprovada, se:

- I. estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- II. indicar a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor que serão anuladas, ou estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- III. definir os limites de prazo e valor;
- IV. tiver período de vigência igual ou inferior ao da lei que aprovar o plano plurianual;
- V. atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI. não ensejar, pela diminuição da receita corrente líquida, a necessidade de redução da despesa total com pessoal de qualquer Poder do município.

§ 2º – Os tributos inscritos em dívida ativa, cujos custos para a cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Aos alunos do ensino básico obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Parágrafo único - A garantia contida no “caput” não impede o município de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 39. Quando a rede estadual de ensino básico e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento pela rede particular de ensino.

Art. 40. A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do aluno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

Art. 41. O Município aplicará, anualmente, em ações e serviços de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados na forma inciso III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Art. 42. Os critérios para limitação de despesas, quando a evolução da receita comprometer os resultados orçamentários pretendidos e enquanto a dívida não retornar ao limite, serão fixados em decreto do executivo municipal, e não abrangerão despesas:

- I. que constituam obrigações constitucionais e legais;
- II. destinadas ao pagamento do serviço da dívida;
- III. destinadas às áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 43. O sistema de controle interno acompanhará a eficiência das ações desenvolvidas e avaliará os resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 44. O Município poderá realizar despesas com a execução de obras de reparos e melhoramentos em imóveis de propriedade do Estado e auxiliar o custeio de despesas próprias dos entes referidos, desde que:

- I. haja previsão orçamentária;
- II. formalize instrumento de convênio, acordo, ajuste ou congêneres.

Art. 45. O Executivo Municipal, para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observará:

- I. a vinculação de recursos a finalidades específicas;
- II. as áreas de maior carência no Município.

Art. 46. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93, e legislações posteriores.

Art. 47. Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

- I. as despesas relativas a compras e serviços cujos valores forem inferiores a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);
- II. as despesas relativas a obras e serviços de engenharia, cujos valores forem inferiores a R\$ 15.000,00.

Art. 48. Para efeito do disposto no art. 42 da LRF, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 49. Na hipótese de celebração de contratos, convênios, termos de parceria ou instrumento congênere com entidades públicas ou privadas, suas fundações e autarquias cujo instrumento contemple a participação de representantes da sociedade civil na realização dos objetivos, o Município poderá disponibilizar recursos necessários para custear participação em eventos de interesse público.

Art. 50. A destinação de recursos direta ou indiretamente para pessoas físicas deverá ser autorizada por lei específica, estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais e atender a pelo menos uma das condições abaixo:

- I. renda familiar per-capta a ser definida em regulamentação específica;
- II. ser atleta representando o Município em competições oficiais fora do Município;
- III. ser artesão representando o Município em Feiras, Congressos ou similares;
- IV. grupos teatrais, músicos e outras pessoas físicas representando o município em Conferências, Feiras, Congressos e similares.

Art. 51. Os ordenadores de despesas poderão autorizar a realização de processos licitatórios, no último trimestre do exercício, indicando a dotação orçamentária constante no Projeto de Lei Orçamentária do exercício subsequente, ficando condicionada a homologação do certame, à aprovação do respectivo projeto e somente a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: contabilidade@cordisburgo.mg.gov.br

Art. 52. Integram esta Lei os Anexos das Metas Fiscais e Riscos Fiscais, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordisburgo, aos 28 de Junho de 2016.

JOAQUIM ILDEU SANT´ANA
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS****Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências**

2017

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	110.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação	110.000,00
Reconhecimento	40.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação	40.000,00
Outros Passivos Contingentes	30.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de dotação	30.000,00
SUBTOTAL	180.000,00	SUBTOTAL	180.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	4.000.000,00	Limitação de empenho	4.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	505.000,00	Redução de despesas em diversos setores da Prefeitura.	505.000,00
SUBTOTAL	4.505.000,00	SUBTOTAL	4.505.000,00
TOTAL	4.685.000,00	TOTAL	4.685.000,00

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas Anuais

2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100
Receita Total	20.235.000,00	19.089.622,64	0,000	21.550.275,00	19.179.668,03	0,000	22.951.042,88	19.270.138,17	0,000
Receitas Primárias (I)	20.057.145,00	18.921.834,91	0,000	21.360.859,43	19.011.088,85	0,000	22.749.315,29	19.100.763,79	0,000
Despesa Total	20.235.000,00	19.089.622,64	0,000	21.550.275,00	19.179.668,03	0,000	22.951.042,88	19.270.138,17	0,000
Despesas Primárias (II)	19.726.995,00	18.610.372,64	0,000	21.009.249,68	18.698.157,42	0,000	22.374.850,90	18.786.356,27	0,000
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	330.150,00	311.462,26	0,000	351.609,75	312.931,43	0,000	374.464,39	314.407,52	0,000
Resultado Nominal	(123.957,93)	(116.941,44)	0,000	(115.900,67)	(103.151,18)	0,000	(108.367,12)	(90.987,12)	0,000
Dívida Pública Consolidada	2.572.309,32	2.426.706,91	0,000	2.405.109,21	2.140.538,63	0,000	2.248.777,11	1.888.116,63	0,000
Dívida Consolidada Líquida	1.783.087,20	1.682.157,74	0,000	1.667.186,53	1.483.790,08	0,000	1.558.819,40	1.308.814,83	0,000
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
PIB real (crescimento % anual)	0,50	0,50	0,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	0,00	0,00	0,00
Câmbio (R\$/U\$\$ - Final do Ano)	0,00	0,00	0,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,00	6,00	6,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	0,00	0,00	0,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2017	2018	2019
Valor Corrente / 1,0600	Valor Corrente / 1,1236	Valor Corrente / 1,1910

--

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2017

AMF - Demonstrativo III (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	17.050.000,00	14.092.591,68	-17,35	19.000.000,00	34,82	20.235.000,00	6,50	21.550.275,00	6,50	22.951.042,88	6,50
Receitas Primárias (I)	17.000.870,00	13.913.867,74	-18,16	18.833.000,00	35,35	20.057.145,00	6,50	21.360.859,43	6,50	22.749.315,29	6,50
Despesa Total	17.050.000,00	14.177.447,60	-16,85	19.000.000,00	34,02	20.235.000,00	6,50	21.550.275,00	6,50	22.951.042,88	6,50
Despesas Primárias (II)	17.049.900,00	13.702.759,26	-19,63	18.523.000,00	35,18	19.726.995,00	6,50	21.009.249,68	6,50	22.374.850,90	6,50
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(49.030,00)	211.108,48	-530,57	310.000,00	-408,77	330.150,00	6,50	351.609,75	6,50	374.464,39	6,50
Resultado Nominal	721.747,34	(1.269.945,94)	-275,95	(981.858,28)	-22,69	(123.957,93)	-87,38	(115.900,67)	-6,50	(108.367,12)	-6,50
Dívida Pública Consolidada	2.830.235,38	2.457.738,30	-13,16	2.751.132,96	11,94	2.572.309,32	-6,50	2.405.109,21	-6,50	2.248.777,11	-6,50
Dívida Consolidada Líquida	2.693.271,63	1.349.738,65	-49,89	1.907.045,13	41,29	1.783.087,20	-6,50	1.667.186,53	-6,50	1.558.819,40	-6,50
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	18.975.371,25	15.008.610,14	-20,91	19.000.000,00	26,59	19.089.622,64	0,47	19.179.668,03	0,47	19.270.138,17	0,47
Receitas Primárias (I)	18.920.693,25	14.818.269,14	-21,68	18.833.000,00	27,09	18.921.834,91	0,47	19.011.088,85	0,47	19.100.763,79	0,47
Despesa Total	18.975.371,25	15.098.981,69	-20,43	19.000.000,00	25,84	19.089.622,64	0,47	19.179.668,03	0,47	19.270.138,17	0,47
Despesas Primárias (II)	18.975.259,96	14.593.438,61	-23,09	18.523.000,00	26,93	18.610.372,64	0,47	18.698.157,42	0,47	18.786.356,27	0,47
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(54.566,71)	224.830,53	-512,03	310.000,00	37,88	311.462,26	0,47	312.931,43	0,47	314.407,52	0,47
Resultado Nominal	803.250,66	(1.352.492,43)	-268,38	(981.858,28)	-27,40	(116.941,44)	-88,09	(103.151,18)	-11,79	(90.987,12)	-11,79
Dívida Pública Consolidada	3.149.839,71	2.617.491,29	-16,90	2.751.132,96	5,11	2.426.706,91	-11,79	2.140.538,63	-11,79	1.888.116,63	-11,79
Dívida Consolidada Líquida	2.997.409,33	1.437.471,66	-52,04	1.907.045,13	32,67	1.682.157,74	-11,79	1.483.790,08	-11,79	1.308.814,83	-11,79
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2014	2015	2016*	2017*	2018	2019
5,20	4,50	6,50	6,00	6,00	6,00

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

--

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXOS DE METAS FISCAIS****Evolução do Patrimônio Líquido**

2017

AMF - Tabela IV (Irf, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	11.180.071,35	50,791	10.206.696,66	53,920	6.862.429,67	67,833
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	10.831.629,74	49,209	8.722.569,74	46,080	3.254.254,10	32,167
Total	22.011.701,09	100%	18.929.266,40	100%	10.116.683,77	100%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2017**

AMF - Tabela V (Irf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	20.000,00	31.340,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	20.000,00	31.340,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	49.903,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	49.903,00	0,00
Investimentos	0,00	49.903,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2015	2014	2013
VALOR (III)	1.437,00	1.437,00	31.340,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO
Estado de Minas Gerais

TABELA 9 - DEMONSTRATIVO VII
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO V
2017

ISENÇÕES, ANISTIAS, BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA QUE DECORRAM RENÚNCIA DE RECEITA						
DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO	RECEITA TRIBUTÁRIA	MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO	VALOR ESTIMADO ANUAL DE RENÚNCIA DE RECEITA	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO PERÍODO DE 2017 A 2019		
				2017	2018	2019
Desconto de até 2% (dois por cento) para pagamentos à vista.	1112.02.01 - IPTU	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	110.000,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Desconto de até 2% (dois por cento).	1113.05.01 - ISS	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	6.600,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Desconto de até 10% (dez por cento).	1913.11.01 - Multas e Juros da Dívida Ativa do IPTU	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	22,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Desconto de até 10% (dez por cento).	1913.13.01 - Multas e Juros da Dívida Ativa do ISS	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	22,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO 2017

AMF - Tabela VIII (Irf, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2017
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	0,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	90.805,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	90.805,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	(90.805,00)

--	--

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
RECEITAS CORRENTES	14.897.286,60	15.212.261,74	2,11	18.873.082,00	24,06	20.099.832,33	6,50	21.406.321,45	6,50	22.797.732,32	6,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	825.871,42	753.656,29	-8,74	823.000,00	9,20	876.495,00	6,50	933.467,18	6,50	994.142,54	6,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	248.122,95	367.876,74	48,26	364.000,00	-1,05	387.660,00	6,50	412.857,90	6,50	439.693,66	6,50
RECEITA PATRIMONIAL	124.144,49	178.723,94	43,96	167.000,00	-6,56	177.855,00	6,50	189.415,58	6,50	201.727,59	6,50
RECEITA DE SERVIÇOS	619.155,97	374.928,24	-39,45	87.000,00	-76,80	92.655,00	6,50	98.677,58	6,50	105.091,62	6,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.979.271,43	13.385.130,68	3,13	17.332.082,00	29,49	18.458.667,33	6,50	19.658.480,71	6,50	20.936.281,95	6,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.720,34	151.945,85	50,86	100.000,00	-34,19	106.500,00	6,50	113.422,50	6,50	120.794,96	6,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.358.350,00	918.517,00	-32,38	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.338.350,00	918.517,00	-31,37	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.972.541,12)	(2.038.187,06)	3,33	(2.437.082,00)	19,57	(2.595.492,33)	6,50	(2.764.199,33)	6,50	(2.943.872,29)	6,50
RENÚNCIA	0,00	(1.132,92)	0,00	(5.782,00)	410,36	(9.744,00)	68,52	(9.744,00)	0,00	(9.744,00)	0,00
RESTITUIÇÕES	(86,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB	(1.972.454,54)	(2.034.361,32)	3,14	(2.421.200,00)	19,02	(2.585.748,33)	6,80	(2.754.455,33)	6,52	(2.934.128,29)	6,52
COMPENSAÇÕES	0,00	(2.692,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	(10.100,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.283.095,48	14.092.591,68	-1,33	19.000.000,00	34,82	20.235.000,00	6,50	21.550.275,02	6,50	22.951.042,87	6,50

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
DESPESAS CORRENTES	11.953.022,13	12.455.252,37	4,20	13.037.557,82	4,68	13.884.999,08	6,50	14.787.524,02	6,50	15.748.713,08	6,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.633.582,26	7.282.315,87	9,78	7.305.400,00	0,32	7.780.251,00	6,50	8.285.967,32	6,50	8.824.555,19	6,50
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRATADOS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	6.633.582,26	7.282.315,87	9,78	7.295.400,00	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E OUTRAS DESPESAS	494.682,87	501.102,16	1,30	545.000,00	8,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	100.025,28	127.240,10	27,21	152.500,00	19,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	320.877,37	226.660,36	-29,36	274.500,00	21,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.313.791,09	4.885.441,28	13,25	4.979.400,00	1,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.255.896,53	1.437.000,02	14,42	1.313.000,00	-8,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	142.895,00	16.674,52	-88,33	23.000,00	37,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.422,31	0,00	1.000,00	-86,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.414,12	80.775,12	1.391,93	7.000,00	-91,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.260,00	6,50	4.536,90	6,50	4.831,80	6,50
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.319.439,87	5.172.936,50	-2,75	5.728.157,82	10,73	6.100.488,08	6,50	6.497.019,80	6,50	6.919.326,09	6,50
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	85.886,16	125.409,13	46,02	148.000,00	18,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	85.886,16	125.409,13	46,02	148.000,00	18,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRO	87.825,00	82.500,00	-6,06	159.300,00	93,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	29.825,00	26.000,00	-12,82	159.300,00	512,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBVENÇÕES SOCIAIS	58.000,00	56.500,00	-2,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	30.358,00	34.144,00	12,47	35.000,00	2,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	30.358,00	34.144,00	12,47	35.000,00	2,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE	88.665,00	62.523,06	-29,48	65.000,00	3,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	88.665,00	62.523,06	-29,48	65.000,00	3,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	4.969.981,14	4.786.290,10	-3,70	5.246.857,82	9,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	602.368,48	720.668,67	19,64	747.000,00	3,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	144.190,00	127.390,00	-11,65	203.300,00	59,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	1.128.908,30	974.295,32	-13,70	1.023.957,82	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	9.189,63	34.834,42	279,06	107.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CO	625.806,64	525.024,62	-16,10	570.000,00	8,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	205.910,39	206.297,80	0,19	215.200,00	4,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	208.591,32	364.416,20	74,70	360.000,00	-1,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	1.819.435,96	1.597.605,67	-12,19	1.675.200,00	4,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.500,00	6.000,00	9,09	7.000,00	16,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	151.483,73	155.389,39	2,58	168.000,00	8,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15.851,62	17.137,66	8,11	28.500,00	66,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	41.639,27	18.112,13	-56,50	98.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.325,98	30.493,62	2.199,70	8.000,00	-73,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.779,82	8.624,60	-11,81	25.500,00	195,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃO	56.724,57	82.070,21	44,68	74.000,00	-9,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	56.724,57	82.070,21	44,68	74.000,00	-9,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.692.816,88	1.722.195,25	1,74	5.859.082,00	240,21	6.239.922,33	6,50	6.645.517,29	6,50	7.077.475,90	6,50
INVESTIMENTOS	1.284.372,50	1.247.506,89	-2,87	5.386.082,00	331,75	5.736.177,33	6,50	6.109.028,86	6,50	6.506.115,73	6,50
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	7.632,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIOS	7.632,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	1.276.740,26	1.247.506,89	-2,29	5.381.082,00	331,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	778.816,29	753.149,26	-3,30	4.666.082,00	519,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	457.276,55	54.449,20	-88,09	610.000,00	1.020,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	423.000,00	0,00	5.000,00	-98,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.647,42	16.908,43	-58,40	50.000,00	195,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	408.444,38	474.688,36	16,22	473.000,00	-0,36	503.745,00	6,50	536.488,43	6,50	571.360,17	6,50
APLICAÇÕES DIRETAS	408.444,38	474.688,36	16,22	473.000,00	-0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	73.788,57	69.024,99	-6,46	76.000,00	10,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL REFINAN	334.655,81	405.663,37	21,22	397.000,00	-2,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	110.078,59	6,50	117.233,70	6,50	124.853,89	6,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	110.078,59	6,50	117.233,70	6,50	124.853,89	6,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	13.645.839,01	14.177.447,62	3,90	19.000.000,00	34,02	20.235.000,00	6,50	21.550.275,01	6,50	22.951.042,87	6,50

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
RECEITAS CORRENTES	14.897.286,60	15.212.261,74	2,11	18.873.082,00	24,06	20.099.832,33	6,50	21.406.321,45	6,50	22.797.732,32	6,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	825.871,42	753.656,29	-8,74	823.000,00	9,20	876.495,00	6,50	933.467,18	6,50	994.142,54	6,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	248.122,95	367.876,74	48,26	364.000,00	-1,05	387.660,00	6,50	412.857,90	6,50	439.693,66	6,50
RECEITA PATRIMONIAL	124.144,49	178.723,94	43,96	167.000,00	-6,56	177.855,00	6,50	189.415,58	6,50	201.727,59	6,50
RECEITA DE SERVIÇOS	619.155,97	374.928,24	-39,45	87.000,00	-76,80	92.655,00	6,50	98.677,58	6,50	105.091,62	6,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.979.271,43	13.385.130,68	3,13	17.332.082,00	29,49	18.458.667,33	6,50	19.658.480,71	6,50	20.936.281,95	6,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.720,34	151.945,85	50,86	100.000,00	-34,19	106.500,00	6,50	113.422,50	6,50	120.794,96	6,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.358.350,00	918.517,00	-32,38	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.338.350,00	918.517,00	-31,37	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.972.541,12)	(2.038.187,06)	3,33	(2.437.082,00)	19,57	(2.595.492,33)	6,50	(2.764.199,33)	6,50	(2.943.872,29)	6,50
RENÚNCIA	0,00	(1.132,92)	0,00	(5.782,00)	410,36	(9.744,00)	68,52	(9.744,00)	0,00	(9.744,00)	0,00
RESTITUIÇÕES	(86,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB	(1.972.454,54)	(2.034.361,32)	3,14	(2.421.200,00)	19,02	(2.585.748,33)	6,80	(2.754.455,33)	6,52	(2.934.128,29)	6,52
COMPENSAÇÕES	0,00	(2.692,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	(10.100,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.283.095,48	14.092.591,68	-1,33	19.000.000,00	34,82	20.235.000,00	6,50	21.550.275,02	6,50	22.951.042,87	6,50
RECEITAS CORRENTES (I)	12.924.745,48	13.174.074,68	1,93	16.436.000,00	24,76	17.504.340,00	6,50	18.642.122,12	6,50	19.853.860,03	6,50
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	12.924.745,48	13.174.074,68	1,93	16.436.000,00	24,76	17.504.340,00	6,50	18.642.122,12	6,50	19.853.860,03	6,50
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.358.350,00	918.517,00	-32,38	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.338.350,00	918.517,00	-31,37	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	14.263.095,48	14.092.591,68	-1,20	19.000.000,00	34,82	20.235.000,00	6,50	21.550.275,02	6,50	22.951.042,87	6,50

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA						
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Despesas												
DESPESAS CORRENTES	11.953.022,13	12.455.252,37	4,20	13.037.557,82	4,68	13.884.999,08	6,50	14.787.524,02	6,50	15.748.713,08	6,50	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.633.582,26	7.282.315,87	9,78	7.305.400,00	0,32	7.780.251,00	6,50	8.285.967,32	6,50	8.824.555,19	6,50	
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRATC	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
APLICAÇÕES DIRETAS	6.633.582,26	7.282.315,87	9,78	7.295.400,00	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E I	494.682,87	501.102,16	1,30	545.000,00	8,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	100.025,28	127.240,10	27,21	152.500,00	19,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	320.877,37	226.660,36	-29,36	274.500,00	21,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.313.791,09	4.885.441,28	13,25	4.979.400,00	1,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.255.896,53	1.437.000,02	14,42	1.313.000,00	-8,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	142.895,00	16.674,52	-88,33	23.000,00	37,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.422,31	0,00	1.000,00	-86,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.414,12	80.775,12	1.391,93	7.000,00	-91,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.260,00	6,50	4.536,90	6,50	4.831,80	6,50	
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.319.439,87	5.172.936,50	-2,75	5.728.157,82	10,73	6.100.488,08	6,50	6.497.019,80	6,50	6.919.326,09	6,50	
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	85.886,16	125.409,13	46,02	148.000,00	18,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES	85.886,16	125.409,13	46,02	148.000,00	18,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS I	87.825,00	82.500,00	-6,06	159.300,00	93,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES	29.825,00	26.000,00	-12,82	159.300,00	512,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBVENÇÕES SOCIAIS	58.000,00	56.500,00	-2,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENT	30.358,00	34.144,00	12,47	35.000,00	2,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES	30.358,00	34.144,00	12,47	35.000,00	2,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE	88.665,00	62.523,06	-29,48	65.000,00	3,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	88.665,00	62.523,06	-29,48	65.000,00	3,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
APLICAÇÕES DIRETAS	4.969.981,14	4.786.290,10	-3,70	5.246.857,82	9,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	602.368,48	720.668,67	19,64	747.000,00	3,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	144.190,00	127.390,00	-11,65	203.300,00	59,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
MATERIAL DE CONSUMO	1.128.908,30	974.295,32	-13,70	1.023.957,82	5,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	9.189,63	34.834,42	279,06	107.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO DE TERCEIROS	625.806,64	525.024,62	-16,10	570.000,00	8,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	205.910,39	206.297,80	0,19	215.200,00	4,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	208.591,32	364.416,20	74,70	360.000,00	-1,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	1.819.435,96	1.597.605,67	-12,19	1.675.200,00	4,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	5.500,00	6.000,00	9,09	7.000,00	16,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	151.483,73	155.389,39	2,58	168.000,00	8,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15.851,62	17.137,66	8,11	28.500,00	66,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	41.639,27	18.112,13	-56,50	98.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.325,98	30.493,62	2.199,70	8.000,00	-73,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.779,82	8.624,60	-11,81	25.500,00	195,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃO PÚBLICO	56.724,57	82.070,21	44,68	74.000,00	-9,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	56.724,57	82.070,21	44,68	74.000,00	-9,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.692.816,88	1.722.195,25	1,74	5.859.082,00	240,21	6.239.922,33	6,50	6.645.517,29	6,50	7.077.475,90	6,50
INVESTIMENTOS	1.284.372,50	1.247.506,89	-2,87	5.386.082,00	331,75	5.736.177,33	6,50	6.109.028,86	6,50	6.506.115,73	6,50
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	7.632,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUXÍLIOS	7.632,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÕES DIRETAS	1.276.740,26	1.247.506,89	-2,29	5.381.082,00	331,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	778.816,29	753.149,26	-3,30	4.666.082,00	519,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	457.276,55	54.449,20	-88,09	610.000,00	1.020,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	423.000,00	0,00	5.000,00	-98,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.647,42	16.908,43	-58,40	50.000,00	195,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	408.444,38	474.688,36	16,22	473.000,00	-0,36	503.745,00	6,50	536.488,43	6,50	571.360,17	6,50
APLICAÇÕES DIRETAS	408.444,38	474.688,36	16,22	473.000,00	-0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	73.788,57	69.024,99	-6,46	76.000,00	10,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTRATUAL REFINANCIADA	334.655,81	405.663,37	21,22	397.000,00	-2,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	110.078,59	6,50	117.233,70	6,50	124.853,89	6,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	110.078,59	6,50	117.233,70	6,50	124.853,89	6,50

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas											
RECEITAS CORRENTES	14.897.286,60	15.212.261,74	2,11	18.873.082,00	24,06	20.099.832,33	6,50	21.406.321,45	6,50	22.797.732,32	6,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	825.871,42	753.656,29	-8,74	823.000,00	9,20	876.495,00	6,50	933.467,18	6,50	994.142,54	6,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	248.122,95	367.876,74	48,26	364.000,00	-1,05	387.660,00	6,50	412.857,90	6,50	439.693,66	6,50
RECEITA PATRIMONIAL	124.144,49	178.723,94	43,96	167.000,00	-6,56	177.855,00	6,50	189.415,58	6,50	201.727,59	6,50
RECEITA DE SERVIÇOS	619.155,97	374.928,24	-39,45	87.000,00	-76,80	92.655,00	6,50	98.677,58	6,50	105.091,62	6,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.979.271,43	13.385.130,68	3,13	17.332.082,00	29,49	18.458.667,33	6,50	19.658.480,71	6,50	20.936.281,95	6,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.720,34	151.945,85	50,86	100.000,00	-34,19	106.500,00	6,50	113.422,50	6,50	120.794,96	6,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.358.350,00	918.517,00	-32,38	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.338.350,00	918.517,00	-31,37	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50
DEDUÇÕES DA RECEITA	(1.972.541,12)	(2.038.187,06)	3,33	(2.437.082,00)	19,57	(2.595.492,33)	6,50	(2.764.199,33)	6,50	(2.943.872,29)	6,50
RENÚNCIA	0,00	(1.132,92)	0,00	(5.782,00)	410,36	(9.744,00)	68,52	(9.744,00)	0,00	(9.744,00)	0,00
RESTITUIÇÕES	(86,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB	(1.972.454,54)	(2.034.361,32)	3,14	(2.421.200,00)	19,02	(2.585.748,33)	6,80	(2.754.455,33)	6,52	(2.934.128,29)	6,52
COMPENSAÇÕES	0,00	(2.692,82)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DEDUÇÕES	0,00	0,00	0,00	(10.100,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2017

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA						
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Resumo												
TOTAL DA DESPESA	13.645.839,01	14.177.447,62	3,90	19.000.000,00	34,02	20.235.000,00	6,50	21.550.275,01	6,50	22.951.042,87	6,50	
DESPESAS CORRENTES (X)	11.953.022,13	12.455.252,37	4,20	13.037.557,82	4,68	13.884.999,08	6,50	14.787.524,02	6,50	15.748.713,08	6,50	
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.260,00	6,50	4.536,90	6,50	4.831,80	6,50	
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	11.953.022,13	12.455.252,37	4,20	13.033.557,82	4,64	13.880.739,08	6,50	14.782.987,12	6,50	15.743.881,28	6,50	
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.692.816,88	1.722.195,25	1,74	5.859.082,00	240,21	6.239.922,33	6,50	6.645.517,29	6,50	7.077.475,90	6,50	
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	408.444,38	474.688,36	16,22	473.000,00	-0,36	503.745,00	6,50	536.488,43	6,50	571.360,17	6,50	
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.284.372,50	1.247.506,89	-2,87	5.386.082,00	331,75	5.736.177,33	6,50	6.109.028,86	6,50	6.506.115,73	6,50	
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	103.360,18	0,00	110.078,59	6,50	117.233,70	6,50	124.853,89	6,50	
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	13.237.394,63	13.702.759,26	3,52	18.523.000,00	35,18	19.726.995,00	6,50	21.009.249,68	6,50	22.374.850,90	6,50	
TOTAL DA RECEITA	14.283.095,48	14.092.591,68	-1,33	19.000.000,00	34,82	20.235.000,00	6,50	21.550.275,02	6,50	22.951.042,87	6,50	
RECEITAS CORRENTES (I)	12.924.745,48	13.174.074,68	1,93	16.436.000,00	24,76	17.504.340,00	6,50	18.642.122,12	6,50	19.853.860,03	6,50	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	12.924.745,48	13.174.074,68	1,93	16.436.000,00	24,76	17.504.340,00	6,50	18.642.122,12	6,50	19.853.860,03	6,50	
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.358.350,00	918.517,00	-32,38	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50	
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.338.350,00	918.517,00	-31,37	2.564.000,00	179,15	2.730.660,00	6,50	2.908.152,90	6,50	3.097.182,84	6,50	
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	14.263.095,48	14.092.591,68	-1,20	19.000.000,00	34,82	20.235.000,00	6,50	21.550.275,02	6,50	22.951.042,87	6,50	
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	1.025.700,85	389.832,42	-61,99	477.000,00	22,36	508.005,00	6,50	541.025,34	6,50	576.191,97	6,50	

V – METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA DA PREFEITURA

Dívida Pública Consolidada é o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento.
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Não são incluídas as obrigações entre cada município e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes ou entre estes, isto é, deve ser apurada sem duplicidade.

Nessa linha devem ser informados os valores esperados para a Dívida Pública Consolidada do exercício financeiro a que se refere a LDO e também para os dois exercícios seguintes.

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas anuais para o Montante da Dívida Pública, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois subsequentes.

Dívida Consolidada Líquida corresponde à dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Nessa linha devem ser informados os valores esperados para a Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios seguintes.

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	2.830.235,38	3.091.160,63	2.751.132,96	2.572.309,32	2.405.109,21	2.248.777,11
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	2.830.235,38	3.091.160,63	2.751.132,96	2.572.309,32	2.405.109,21	2.248.777,11
DEDUÇÕES (II)	0,00	136.963,75	202.257,22	844.087,83	789.222,12	737.922,68	689.957,71
Ativo Disponível	0,00	489.675,00	900.399,72	801.355,75	749.267,63	700.565,23	655.028,49
Haveres Financeiros	0,00	36.973,75	48.013,57	42.732,08	39.954,49	37.357,45	34.929,22
(-) Restos a Pagar	0,00	389.685,00	746.156,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	2.693.271,63	2.888.903,41	1.907.045,13	1.783.087,20	1.667.186,53	1.558.819,40

MUNICÍPIO DE CORDISBURGO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.830.235,38	3.091.160,63	2.751.132,96	2.572.309,32	2.405.109,21	2.248.777,11
DEDUÇÕES (II)	136.963,75	202.257,22	844.087,83	789.222,12	737.922,68	689.957,71
Ativo Disponível	489.675,00	900.399,72	801.355,75	749.267,63	700.565,23	655.028,49
Haveres Financeiros	36.973,75	48.013,57	42.732,08	39.954,49	37.357,45	34.929,22
(-) Restos a Pagar	389.685,00	746.156,07	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	2.693.271,63	2.888.903,41	1.907.045,13	1.783.087,20	1.667.186,53	1.558.819,40
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.830.235,38	3.091.160,63	2.751.132,96	2.572.309,32	2.405.109,21	2.248.777,11
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-136.963,75	-202.257,22	-844.087,83	-789.222,12	-737.922,68	-689.957,71
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	-136.963,75	-65.293,47	-641.830,61	54.865,71	51.299,44	47.964,97

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2013(R\$ 0,00)

--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387.

Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: pmcordis@uai.com.br

LEI Nº. 1.675/2016

**ALTERA A TABELA 9 – DEMONSTRATIVO VII DA
LEI MUNICIPAL Nº. 1.663, DE 28 DE JUNHO DE 2016
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de Cordisburgo, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – A Tabela 9 – Demonstrativo VII da Lei Municipal nº. 1.663, de 28 de Junho de 2016, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. 2º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cordisburgo, aos 20 de Dezembro de 2016.

JOAQUIM ILDEU SANT'ANA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO
Estado de Minas Gerais

TABELA 9 - DEMONSTRATIVO VII
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO V
2017

ISENÇÕES, ANISTIAS, BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA QUE DECORRAM RENÚNCIA DE RECEITA						
DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO	RECEITA TRIBUTÁRIA	MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO	VALOR ESTIMADO ANUAL DE RENÚNCIA DE RECEITA	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO PERÍODO DE 2017 A 2019		
				2017	2018	2019
Desconto de até 2% (dois por cento) para pagamentos à vista.	1112.02.01 - IPTU	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	6.400,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Desconto de até 2% (dois por cento).	1113.05.01 - ISS	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	6.600,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Desconto de até 10% (dez por cento).	1913.11.01 - Multas e Juros da Dívida Ativa do IPTU	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	1.600,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá
Desconto de até 10% (dez por cento).	1913.13.01 - Multas e Juros da Dívida Ativa do ISS	O desconto incentivará maior número de contribuintes a quitar seus débitos, reduzindo a inadimplência. A renúncia foi considerada na estimativa de receita e não afetará a execução da despesa fixada na proposta orçamentária.	500,00	Não haverá	Não haverá	Não haverá